



Boletim do Museu Paraense Emílio

Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

boletim.humanas@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emílio Goeldi

Brasil

de Paula Andrade, Rômulo

"Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista
"Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941)

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 5, núm. 2, mayo-
agosto, 2010, pp. 453-468

Museu Paraense Emílio Goeldi
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034990015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**“Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”:
Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941)**
“Winning the land, dominate the water, subjugate the forest”:
Getúlio Vargas and the journal “Cultura Política” rediscover the Amazon (1940-1941)

Rômulo de Paula Andrade¹

Resumo: O artigo analisa a Amazônia no pensamento social do Estado Novo (1937-1945), quando acontecimentos e projetos governamentais, como a “Marcha para o Oeste” e o “Discurso do rio Amazonas”, representaram uma maior atenção do poder central à região. A partir de 1941, artigos sobre a Amazônia foram publicados no periódico “Cultura Política”, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, sendo um dos principais meios de divulgação do pensamento social do Estado Novo. Conceitos de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau sobre clima, raça e civilização foram apropriados para a produção destes textos com o objetivo de construir um ideário capitaneado pelo Estado. Desta forma, nossa análise aponta continuidades e descontinuidades entre a produção literária da Primeira República e o ideário oficial formulado pela ditadura de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Estado Novo. Cultura Política. Amazônia.

Abstract: The article analyzes the Amazon in the social thought of Brazilian Estado Novo (1937-1945), when events and governmental projects as the “Marcha para o Oeste” and the “Discurso do rio Amazonas” represented more attention of central government to the region. Since 1941, articles about the Amazon were published in the journal “Cultura Política”, issued by the Departamento de Imprensa e Propaganda (Department of Press and Publicity), one of the principal means of publicizing the social thought of Estado Novo. Concepts of Euclides da Cunha, Alberto Rangel, and Alfredo Ladislau about climate, race and civilization were suitable for the production of these texts with the aim of building political ideas by the State. Thus, our analysis highlight continuities and discontinuities between the literary production of the Brazilian First Republic and the official ideas formulated by the dictatorship of Getúlio Vargas.

Keywords: Getúlio Vargas. Estado Novo. Cultura Política. Amazon.

¹ Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil (romulopa@hotmail.com).



INTRODUÇÃO

O poema de Lúcio Marianni retrata a imagem que intelectuais de outras regiões do país imprimiram à região amazônica: um lugar onde o homem era devorado pela natureza, o ambiente regia a vida humana e, de certa forma, aprisionava a esta condição. Os escritos sobre a região amazônica durante o primeiro governo de Getúlio Vargas – de cuja análise nos ocuparemos no presente artigo – tiveram o objetivo de elaborar um ideário oficial. Na escrita destes autores encontramos questões como visões dualistas de natureza ‘intocável’ (éden/inferno), clima, população e fronteira. Natureza, como demonstra Williams (2000), é uma palavra cuja significação é continuamente construída ao longo da história humana. Nesta época, era representada como ‘selvagem’ e, consequentemente, um lugar a ser ‘conquistado’ pela fronteira em movimento.

Tais representações e conceitos não foram criados pelos intelectuais do Estado Novo (1937-1945), mas se

inserem em uma construção anterior, e que foi apropriada a partir de contextos específicos com o intuito de explicar a realidade social da Amazônia. Os escritos e discursos da época em foco citam constantemente três autores que serão contemplados, pois representam importantes pontos de confluência e/ou divergência para o pensamento sobre a região amazônica no início do século XX: Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Rangel (1871-1945) e Alfredo Ladislau. Estes escritores formularam conceitos que foram apropriados pelos articulistas do periódico “Cultura Política”, publicado na década de 1940, com o propósito de imprimir um novo olhar sobre a região.

A retórica governista para a Amazônia caracterizou-se no curso do século XX pela marca do 'abandono' e pelas constantes 'descobertas' e 'conquistas' que tais governos iriam efetuar na região. A situação de abandono das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e do Norte transformou-se em um "espectro geopolítico" que rondou o Estado brasileiro ao longo do século XX, especialmente após a Revolução de 1930 (Pádua, 2000). No decurso dos anos 1930 e, especialmente, no limiar dos anos 1940, ocorreram mudanças nesta concepção, que, visando atender às novas diretrizes governamentais para a região, passou a valorizar o homem até então concebido por trás da selva: o caboclo. Dois fatores colaboraram com o aumento de citações à Amazônia nos primeiros anos da década de 1940: o programa de governo "Marcha para o Oeste", que definiu a Amazônia como um lugar a ser 'conquistado' pelo poder central, e a viagem de Getúlio Vargas à região em 1940, quando proferiu o discurso denominado posteriormente de "Discurso do rio Amazonas", amplamente divulgado pela propaganda governamental como a nova 'descoberta' da região.

Estes acontecimentos influenciaram na produção de artigos pelos escritores do periódico “Cultura Política”, publicados entre 1941 e 1942, anos nos quais

¹ Lúcio Marianni, "Poemas Amazônicos nº 1". Flamma – Pensamento Crítica – Combate, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 3, 16 de julho de 1931. Acervo Paschoal Carlos Magno, Documento 7.0.20, p. 5. Centro de Documentação da Funarte (CEDOC/FUNARTE).



a revista se dedicou a temas regionais, em oposição ao período posterior (1942-1945), no qual temas militares ocuparam mais espaço em decorrência da Segunda Guerra Mundial. A publicação aqui destacada era subordinada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), podendo ser considerada uma das principais fontes de produção de ideologia do regime (Gomes et al., 1982). Tendo como base o projeto político do governo Vargas, estes trabalhos buscaram imprimir um novo olhar à formação social da região, ressaltando a ação de elementos regionais em sua história, como o caboclo e o indígena. A Amazônia, segundo estes autores, reencontraria seu destino histórico sob a égide do Estado varguista.

Trata-se aqui de apontar os conceitos e as leituras que pautaram a criação de um ideário oficial, ressaltando continuidades e descontinuidades entre a produção literária de autores da Primeira República e os artigos da "Cultura Política", que buscaram resignificar ideias anteriores à luz de um contexto ditatorial e de promessas políticas para a região. Desta forma, é importante diferenciar a produção intelectual da Primeira República (Alfredo Ladislau, Euclides da Cunha e Alberto Rangel) do ideário oficial capitaneado pelo Estado Novo (os escritos da "Cultura Política").

Desenvolvemos essa temática dividindo o artigo em três partes: primeiro, uma breve discussão acerca dos elementos das obras de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau que foram apropriados pelos intelectuais da "Cultura Política". A seguir, apontaremos acontecimentos importantes para a construção do ideário estadonovista para a região no início dos anos 1940 ("Marcha para o Oeste" e "Discurso do rio Amazonas"); e, por fim, analisaremos os escritos publicados no

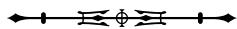
periódico "Cultura Política" que tiveram como foco a Amazônia e que indicavam soluções para os problemas que acometiam a localidade.

REFLEXÕES DE EUCLIDES DA CUNHA, ALBERTO RANGEL E ALFREDO LADISLAU: CLIMA, CIVILIZAÇÃO E NATUREZA

Os ensaios amazônicos incompletos de Euclides da Cunha datam do início do século XX e foram de grande influência para a criação de um imaginário social sobre a região². Em conjunto com Alberto Rangel e com Alfredo Ladislau, os escritos de Euclides foram considerados por intelectuais como Leandro Tocantins e Arthur Cézar Ferreira Reis marcos fundadores de uma nova etapa do pensamento social sobre a Amazônia (Tocantins, 1978). Antes, é necessário localizar o contexto histórico específico de cada livro: as obras de Euclides (de 1905) e de Rangel (de 1908) localizam-se no momento em que o *boom* da borracha estava no auge e as discussões mais relevantes acerca da região relacionavam-se aos limites e às possibilidades de ocupação da Amazônia, enquanto o trabalho de Ladislau (de 1924) foi escrito após o fracasso e durante a decadência da atividade de extração do látex.

Estes trabalhos sofreram influência direta das discussões científicas de fins do século XIX e início do XX, como o neohipocratismo, darwinismo social e determinismo climático e geográfico (Arnold, 2001). Tais concepções pautaram a escrita desses três autores e foram utilizadas posteriormente tanto para refutar como para reafirmar a indolência e degeneração dos habitantes nativos: o índio e o caboclo, cuja história se daria em oposição à natureza. As condições naturais da Amazônia teriam dado aos habitantes condições tão favoráveis para

² Utilizamos o mapeamento dos escritos de Euclides da Cunha realizado por Santana (2000): os ensaios amazônicos são compostos por três artigos publicados em 1904 ("Conflito inevitável", "Contra os caucheiros" e "Entre o Madeira e Javari") e por um artigo publicado no mesmo ano pelo jornal "O País" ("Contrastes e confrontos"), incluídos posteriormente no livro "Contrastes e Confrontos". Outros escritos do autor foram incorporados à obra póstuma "À Margem da História", publicada em 1909. Aqui utilizamos "Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos", editado pelo Senado Federal em 2000.



seu sustento que estes não enxergariam a necessidade de se desenvolver, ao passo que o clima tropical, favorável à disseminação de enfermidades (principalmente a malária), transformaria a história em uma eterna luta do homem contra a selva, quase sempre perdida pelo primeiro.

Nos ensaios amazônicos de Euclides da Cunha, há uma representação duradoura no pensamento social sobre a região: a oposição entre homem e natureza, além do caráter misto desta natureza, tanto edênico quanto aterrador³. A mesma natureza que traria o alimento e a subsistência para o habitante o impediria de racionalizar sua colonização, pois a "existência fácil" em conjunto com as doenças o condenariam a uma vida breve e banal. Para o escritor, não seria a influência climática o único fator a condenar a região, mas também a "inconstância da base física que sustenta a sociedade".

A volubilidade do rio contagia o homem. (...) Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril (Cunha, 2000, p. 127).

A única saída para o homem seria a racionalização da agricultura, tendo em vista seu progresso. Mas mesmo assim, a natureza seria um impedimento a essa ação, pois a possibilidade de uma subsistência nômade condenaria a população local a nunca desenvolver seu potencial. Quando trata do rio Purus, Euclides impõe a alcunha de enjeitado, um rio que necessitava ser incorporado ao desenvolvimento nacional, pois ele traria grandes contribuições para o desenvolvimento da Amazônia. Assim, a natureza deveria ser domesticada e incorporada.

Outra reflexão importante do autor trata do clima, que, segundo suas palavras, não era ruim, pois traria de positivo a seleção dos mais aptos a comandar a civilização amazônica:

Não se comprehende a reputação de insalubridade de um tal clima. Evidentemente o que se realizou e se realiza ainda, embora em menor escala no Acre, foi a "seleção telúrica", de que nos fala Kirchhoff: uma sorte de magistratura natural, ou revista severa exercida pela natureza nos indivíduos que a procuram, para só conceder o direito da existência aos que se lhe afeiçoam (Cunha, 2000, p. 128).

Estudosos da expedição do autor à Amazônia, como José Carlos Santana (2000) e Franklin de Oliveira (1983), acham possível que os ensaios de Euclides da Cunha sobre a região tivessem a mesma ambição do diário da expedição feita em Canudos, ou seja, realizar um segundo "livro vingador", que nunca foi cumprida devido ao seu falecimento (Santana, 2000). Para estes autores, assim como "Os Sertões", o traçado das condições físicas precederia o quadro antropológico e cultural. De acordo com Santana (2000), os textos de Euclides que têm a Amazônia como tema expressam a predominância da visão de mundo norteada pelo determinismo geográfico, pelo evolucionismo e pelo darwinismo social, que podem ser identificados nas relações entre clima e adaptabilidade. Ratificando ou retificando a impressão de viajantes anteriores, as ideias de Euclides da Cunha influenciaram a visão de intelectuais dos anos 1930 e 1940 sobre a região.

Alberto Rangel foi contemporâneo de Euclides da Cunha na Escola Militar, onde se graduaram como engenheiros. O prefácio escrito por Euclides é um reflexo desta amizade, pois, através da leitura das obras, percebe-se uma convergência de opiniões e influências: os mesmos naturalistas e viajantes citados por Euclides são também mencionados por Rangel. Porém, o livro "Inferno Verde", assim como "Terra Imatura", de Ladislau, é uma reunião de contos ficcionais, onde as histórias unem tanto a literatura

³ A análise que se segue aqui tem o objetivo de apontar quais aspectos da obra de Euclides da Cunha foram apropriados à luz dos intelectuais do Estado Novo. Desta forma, a bibliografia selecionada foi específica para o assunto tratado. Existem diversos trabalhos que analisam os escritos amazônicos de Euclides, entre os quais destacamos: Hardman (2009), Gondim (2004) e Carvalho (2001).



mais fantasiosa quanto concepções científicas da época. No que tange nosso interesse, abordaremos a visão de natureza impressa pelos dois autores, assim como a relação entre homem e ambiente.

Em Rangel, tanto a visão edêника quanto apocalíptica da natureza se confundem. A mata é tanto provedora do homem quanto seu principal alvo. A convivência homem/ambiente é pacífica até o ponto em que aquele tentaria superar as limitações do meio. A natureza, quando instigada sua fúria, o engoliria, condicionando sua existência às boas ou às más condições fornecidas pela selva. Sua permanência e fixação seriam impossíveis até o dia em que a civilização e o progresso vencessem a selvageria do inferno verde.

O clímax desta representação catastrófica da natureza encontra-se no derradeiro conto de "Inferno Verde". Nesta fábula, o olhar é do protagonista, um engenheiro vindo do sul do Brasil, contratado para realizar um levantamento topográfico no Alto Juruá. Ao longo do percurso, o personagem contrai febre, além de ser constantemente molestado por mosquitos, pelo calor e pela umidade da floresta amazônica. Ao contrário do forasteiro, os nativos resistem bem ao percurso, sem grandes surpresas e inquietações, denotando uma passividade diante das dificuldades.

Como apontaremos na seção seguinte, tal imagem do autóctone resistente à floresta foi, de certa forma, apropriada posteriormente e interpretada como resistência do elemento nativo, sua força e não sua fraqueza. Voltando à trama original, o engenheiro Souto, vencido pela febre, delirando, murmura seu último grito de ódio à floresta que viria a ceifar sua vida: "Inferno!... Inferno... verde!". Após a morte do protagonista, o autor inverte a narrativa. Quem passa a responder ao acusador é a floresta, cuja fala condena os elementos estrangeiros que estariam lá apenas para se aproveitar de suas riquezas:

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras d'onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada

de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto à violência dos estupradores... Mas enfim, o inferno verde, se é a gehena de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização (Rangel, 2008, p. 163).

Euclides da Cunha, de maneira mais velada, e Alberto Rangel, de forma explícita, convergem para a mesma solução sobre um possível reencontro da Amazônia com o seu 'destino histórico': a presença efetiva dos poderes centrais para que o homem pudesse se sobrepor à natureza e, assim, incorporar a região à marcha histórica do Brasil. Tal argumento foi apropriado posteriormente para a criação da retórica do 'abandono histórico' que as administrações republicanas anteriores ao governo Vargas teriam imputado à Amazônia. A terra nova e fértil, nas palavras dos escritores estadonovistas, seria, na verdade, atrasada em relação ao país, um lugar, como disse Euclides, à margem da história, cujo trajeto deveria ser corrigido pelo poder central. Assim, Euclides e Rangel desenharam um quadro trágico da Amazônia, sua natureza e seus habitantes, porém, apontaram uma saída, que seria a incorporação da região à história do Brasil mediante maior atenção do poder central. Alfredo Ladislau, em sua já referida coleção de contos, responsabiliza os políticos anteriores pelo estado de abandono em que se encontrava a região.

O principal elemento da obra de Ladislau que fora utilizado pelo ideário varguista está no conto "Terra Imatura", onde os personagens Arianda e Aiúna conversam sobre os problemas e as possíveis soluções para a Amazônia. No conto, a proclamada vida malsinada do elemento local, chamado pelo autor de "mongo-malaio", não seria resultado somente do clima ou da alimentação, e sim da falta de orientação, que não teria sido dada pelos governos centrais do Brasil, os quais poderiam ter incentivado a imigração de povos oriundos de uma raça vigorosa. Pesava sobre a Amazônia uma fatalidade histórica: era uma Canaan que ainda esperava seu povo (Ladislau, 1971).



O sertanejo nordestino, mais uma vez, é citado como exemplo de "raça forte", pois, ao fugir da seca, criou um novo estado: o Acre. Aiúna é um personagem descrente, para quem quaisquer ações governamentais estariam fadadas ao fracasso. A única solução seria uma "desenfreada e cobiçosa invasão estrangeira", com homens fortes, sadios e robustos, com aptidões o bastante para explorar a terra, uma vez que os mongo-malaio não teriam esta capacidade (Ladislau, 1971, p. 155). Para Arianda, a resolução dos problemas estaria na maior atenção do poder central à Amazônia, pois o Congresso teria sido incapaz de prever a queda da venda da *hevea* e teria impedido o "povo eleito" (nordestino) de "operar o grande e suspirado milagre":

Pela nossa ruína respondem também passadas administrações, recidivas pecadoras pela imprevidência dos seus programas e delas, mui especialmente, as do poder central, cujo desamor a esta região faz pensar que ela ainda é uma terra estrangeira na consciência nacional.... [sobre o "milagre"] o povo eleito (...) tê-lo-ia feito, se não fosse esse grande descalabro que sempre nos devotaram as correntes políticas que têm, até hoje, governado o país (...). Será ainda a força do braço brasileiro que levará de vencida todos esses obstáculos, para a ressurreição gloriosa da Amazônia. (...) Espere e verás. Creio na nossa inteligência, quando bem orientada; no esforço soberano do nosso povo, quando se propõe querer com veemência (Ladislau, 1971, p. 170).

A partir da análise destes três autores, podemos sistematizar os argumentos de sua produção intelectual que seriam apropriados posteriormente pelo discurso oficial do Estado Novo. Inicialmente, a natureza deveria ser domada a qualquer custo e sua exploração, racionalizada. Assim, a Amazônia seria incorporada ao Brasil de maneira efetiva, estimulando a imigração do elemento nordestino à região, e não o estrangeiro, a fim de solucionar o 'vazio demográfico'. O destino histórico da localidade (vale da promissão, o novo eldorado) deveria ser retomado, e seu elemento regional, valorizado, pois tanto a região quanto seus habitantes teriam sido esquecidos pelas administrações

anteriores. O habitante local, o caboclo, se encontrava em condições desfavoráveis devido ao abandono histórico. O clima, de acordo com estes escritos, não era o culpado pela indolência do caboclo e sim a falta de orientação do poder central. Por fim, a história da Amazônia seria um eterno embate entre homem e natureza, no qual esta deveria ser suplantada.

A compreensão histórica da região como luta interminável entre homem e natureza e, consequentemente, como oposição entre os dois, caracterizou grande parte dos escritos na primeira metade do século XX. Segundo Santos (2003), o deslumbramento presente nos relatos que se originaram das viagens científicas contribuiu para a construção de uma visão naturalista da Amazônia, a qual interagiu com as diversas tentativas de desvendamento dos processos históricos da região. De acordo com Secreto (2007), o discurso oficial do Estado Novo apropriou-se de ideias arraigadas nas classes médias urbanas (ingenuidade, simplicidade e paciência do homem rural) e as reelaborou sob a forma de projetos políticos que tinham o objetivo de ocupar os espaços vazios.

Diferentemente, acreditamos que tais imagens e representações foram construídas a partir de elementos da literatura sobre o local, em conjunto com concepções científicas presentes no período. Como demonstraremos no próximo item, a 'novidade' que o Estado Novo iria imputar a essas questões seria a superação de limites, como o clima e o estado insalubre da população, a partir do fim do abandono histórico sofrido pela região, capitaneado pelo governo Vargas e tendo o presidente como o principal protagonista deste processo.

DA "MARCHA PARA O OESTE" AO "DISCURSO DO RIO AMAZONAS": FRONTEIRAS CIVILIZATÓRIAS EM MOVIMENTO

Após o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, a Amazônia ganhou relevância para o governo Vargas, principalmente a partir da "Marcha para o Oeste" (1938), programa de governo que buscava a integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas



longínquas e desabitadas. O programa contou com a colaboração intelectual de Cassiano Ricardo, com sua obra "Marcha para Oeste (a influência da bandeira na formação social e política do Brasil)". A integração seria realizada por meio da conquista e ocupação de fronteiras do país, entre as quais a Amazônia. Para Cassiano Ricardo, a "Marcha para o Oeste" seria a plenitude do imperialismo brasileiro, ou seja, a conquista dos próprios territórios que, de acordo com o discurso oficial, nunca teriam recebido a devida atenção do poder central. Este seria o "sentido bandeirante" do novo regime. Redimensionando e, ao mesmo tempo, recriando a história do Brasil a partir das inúmeras expedições que se sucederam na conquista dos interiores do país, o autor via o Estado Novo como refundador destas bandeiras, e que, após séculos, daria conta de seu destino final: a conquista e o espaçamento do próprio território a partir de um "espírito unitário", na visão do autor, "anti-federalista", pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam se apoderar dos grandes espaços vazios do país (Ricardo, 1941).

A grande influência que Cassiano Ricardo sofreu para escrever sua obra foi o livro de Frederick Jackson Turner, "The Frontier in American History", de 1893, onde a clássica conceituação de fronteira foi elaborada. Aqui nos interessa o que essa conceituação significou para a relação entre a Amazônia e o poder central, tendo em vista que a região passou a ser encarada como um lugar a ser conquistado. A obra de Turner foi bastante influente no pensamento ocidental, sendo apropriada para contextos e usos específicos, como o caso de Cassiano Ricardo e o governo Vargas. Mas o que significa esta 'conquista'? Como afirma Cronon (1996), quando o selvagem (*wilderness*) é visto como uma fronteira, transforma-se em mundo bárbaro, no alvorecer da civilização, e assim sua conquista representaria o início de uma épica história nacional. Pois este é justamente o aspecto que o autor de "Marcha para o Oeste" se apropriou do pensamento de

Turner: o caráter civilizatório da fronteira, que interpretou a história estadunidense como a vitória da civilização (brancos) contra a barbárie (índios).

Era na fronteira que ocorreria a verdadeira história daquele país, pois o encontro de brancos com índios (vistos como obstáculos e parte do ambiente) formaria a sociedade norte-americana (Arnold, 2000). Em Turner, pouco a pouco o homem da fronteira, após diversos problemas iniciais, começaria a inverter a balança entre o ambiente e a cultura, aprendendo com o nativo tudo o que necessitava para a sua sobrevivência. A apropriação da tese de Turner em Cassiano Ricardo se deu de tal forma que até a Amazônia, situada majoritariamente ao norte do Brasil, tornou-se oeste para o ideário varguista. Em suma, a ideia empreendida nos discursos oficiais referia-se principalmente ao caráter civilizatório da fronteira, que traria para as regiões ditas abandonadas do país, o progresso que o Estado Novo estaria realizando nas localidades centrais, como Rio de Janeiro e São Paulo.

O programa de governo "Marcha para o Oeste" continha importantes aspectos simbólicos, pois nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país, lançando o programa durante visitas a diversas localidades, incluindo os estados constituintes da Amazônia⁴. O primeiro movimento de ocupação e legitimação de áreas mais afastadas estava sendo feito pelo próprio líder da nação. Ao chegar a estas regiões, o presidente estaria dando o primeiro passo para a ocupação do território.

As questões da imigração e da colonização tinham muita importância no governo Vargas. O periódico "Cultura Política" dedicou amplo espaço para o assunto, com uma série de artigos de Arthur Neiva sobre o histórico da ocupação do Brasil. A "Marcha para o Oeste", na opinião de Velho (1976), serviu para evitar a reforma estrutural do coronelismo nas áreas rurais brasileiras, não lhe parecendo que Vargas a imaginasse como um

⁴ À época, Amazonas, Pará e Território do Rio Branco.



movimento de massa que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto período de tempo. Ou seja, o programa de governo estaria reduzido muito mais a um discurso que propriamente a uma política sistemática de ocupação, pois os recursos que o Estado brasileiro possuía à época eram escassos.

Conforme aponta Cabreira (1996), a imigração provocaria um desenraizamento do homem, servindo para acalmar quaisquer tentativas de conflitos sociais internos, indo, assim, ao encontro do ideal de harmonia social amplamente difundido pelo governo central. Castro Santos (2003) afirma que o oeste da ideologia varguista simbolizava a fronteira política em expansão e que, nas áreas de antiga dominação coronelista, Vargas praticou uma política de acomodação, concessões e barganhas. Em suma, o programa teve um forte caráter simbólico e, embora no sentido prático não resultasse em grandes ocupações, colaborou para que a retórica governista se fizesse presente nestas regiões. Conforme um editorial do jornal "A Vanguarda", "os seus habitantes conheciam mais de perto as coisas dos países limítrofes e próximos do que os nossos" (Brasil, 1940, p. 88).

Entre 6 e 14 de outubro de 1940, Getúlio Vargas foi aos estados do Pará e do Amazonas com a estratégia de legitimar o Estado Novo junto às populações locais. A divulgação da excursão foi intensa pela mídia impressa e, durante o mês de outubro, diversos editoriais e reportagens foram escritos relatando as efemérides da visita. Uma palavra de ordem nos textos foi a superação da "Amazônia ilusória" e do "Inferno Verde", como o editorial intitulado "Ação, não poesias!" (Brasil, 1940, p. 90), que afirmava que a região nada tinha sido até o momento, apenas um lugar lendário, desprezado pela civilização.

Em 10 de outubro, Vargas chegou à Manaus com muita comemoração dos populares, além de manifestações dos estudantes. Na visita à capital do Amazonas, o presidente pronunciou um discurso de grande impacto,

que ficou conhecido posteriormente como o "Discurso do rio Amazonas", distribuído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial do governo. Entre 1941 e 1945, comemorou-se o aniversário da palestra com festas e explanações de líderes locais⁵. Na oração, Vargas apontou que o grande inimigo do progresso amazonense era o espaço imenso e despovoado, considerado o maior entrave da integração da economia amazônica à nacional. As alegorias faziam referência ao futuro que estaria reservado à região, tendo como um novo marco histórico o dia 10 de outubro de 1940. A partir daquele momento, o país inteiro teria os olhos voltados para a Amazônia:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promissão na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vím para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (Vargas, 1941, p. 228).

No discurso de Vargas, a história da Amazônia era também uma história do homem em constante conflito com a natureza, porém, em sua fala, o homem saí vitorioso deste confronto. A superação das imagens lendárias da Amazônia também seria necessária para torná-la parte efetiva da nação brasileira:

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva

⁵ Não foram encontrados registros de comemorações ao "Discurso do rio Amazonas" posteriores a 1945.



e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prérios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória (Vargas, 1941, p. 229).

Em uma apropriação de um dos ensaios de Euclides da Cunha, “Clima caluniado”, Vargas culpa o clima pelo pouco povoamento da Amazônia. Para o presidente, a técnica poderia vencer as condições naturais:

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas de técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar de elementos vitais e apta a crescer e prosperar (Vargas, 1941, p. 229).

Curioso é que Euclides refere-se ao clima como um elemento útil ao desenvolvimento da região, pois, a partir da seleção natural, o “clima caluniado” imporia o surgimento de uma raça forte. O povoamento da Amazônia, nas palavras de Vargas, fazia-se extremamente necessário e, naquele momento, havia encontrado as condições para ser realizado. Para o presidente, os tipos que constituíam a população amazônica (o nordestino, o seringueiro e os ribeirinhos) deveriam encontrar sua redenção na racionalização de culturas e no saneamento das localidades:

O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. (...) O nomadismo do seringueiro e a instabilidade

econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (Vargas, 1941, p. 230).

A Amazônia como Eldorado também surge no discurso presidencial. A visão paradisíaca da natureza local é preeminente nesta fala, porém o mais importante seria excluir o que limitasse o desenvolvimento da região. Domar a natureza e racionalizá-la seriam as grandes metas do governo, pois só assim os heróis locais (nordestinos e caboclos) poderiam cumprir o destino histórico da região. A fronteira precisaria se fazer plena. De lá, sairia o “novo amazônica”.

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização (Vargas, 1941, p. 230).

No discurso de Getúlio Vargas é possível identificar imagens das mais diversas acerca da relação entre natureza e ambiente, tais como as ideias e proposições de Alberto Rangel, Euclides da Cunha e Alfredo Ladislau. Nestes autores, há a superação do tradicional paradigma explicativo usado para apontar os problemas da Amazônia: o clima e o ambiente como impróprios ao desenvolvimento de civilização. Em menor ou maior escala, chamaram a atenção para o abandono que a região sofria do poder central. Tal discurso foi apropriado pelo contexto histórico do Estado Novo, um regime ditatorial que necessitava legitimar sua presença nas diversas partes do país, além de reafirmar sua novidade em oposição à ‘República Velha’.

Em um projeto político capitaneado pelo Estado, autores da “Cultura Política” buscaram superar a ideia que afirmava ser o clima responsável pela situação da Amazônia. Nas palavras destes intelectuais, o abandono histórico teria fim no governo de Getúlio Vargas, que empreenderia a



integração definitiva da região ao Brasil. Longe de serem prisioneiros do passado, estes escritores apontaram novas formas de análise para a história da Amazônia, além de propostas alinhadas à conjuntura política do período. Desta forma, não seria mais o clima e o ambiente que propiciariam o descalabro local, mas sim o abandono do poder central, que, com sua ausência, permitiria a vitória do ambiente e da condição climática sobre o homem.

ARTIGOS DA “CULTURA POLÍTICA” SOBRE A AMAZÔNIA

O Estado Novo se caracterizou por significativas mudanças promovidas pelo governo. Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas (Capelato, 2003). Porém, necessitava expandir-se para outros segmentos, como a produção cultural, uma vez que se entendia que o progresso social de um povo não era apenas material, mas também de ‘civilização’ (Gomes, 1995, p. 137). Assim, foi elaborada nesse período a montagem de uma propaganda do governo Vargas destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais. Com a intenção de materializar esse empreendimento, foi criado um órgão ligado diretamente ao poder executivo: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP construiu uma ideologia que atingiu amplos aspectos da vida cultural e política do país, podendo-se, inclusive, afirmar que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar, nem recorreu a aparatos de propaganda tão sofisticados como fez o Estado Novo (Velloso, 2003). Interessa-nos destacar como se constituiu um discurso sobre a Amazônia neste período,

que, como vimos, se ampliou de forma significativa após a excursão de Getúlio Vargas à região.

Um aspecto específico na revista deve ser destacado: a importância da Amazônia como parte do projeto ideológico do Estado Novo, através de temas como a redenção do caboclo, o saneamento e a colonização da região, sem pretender uma análise ampla, mas se apoando na literatura sobre o tema. Os artigos sobre a região amazônica buscavam produzir um discurso integrado, sempre partindo dos conceitos inseridos no “Discurso do rio Amazonas”, em especial a superação do passado, no qual as elites políticas anteriores, ao não conseguirem dar o tratamento adequado às questões do povoamento e do saneamento, teriam dado margem aos conflitos natureza *versus* homem, tão caros à história da Amazônia⁶. Nestes artigos, o passado sempre aparece como um fantasma a ser enfrentado, mas também como fonte de inspiração, pois se tratava de interpretar a história para encontrar nela um novo sentido, distante da utopia, do fatalismo ou do imobilismo (Gomes, 1995).

Se o presente permanece ancorado no passado como tradição, durante os anos do Estado Novo faz-se um esforço consciente e avultado para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão. Um passado histórico que não podia, como tradição, coexistir com o presente, mas que era fonte de explicação para o novo. (...) O povo que estava hibernando deveria ser acordado e, acima de tudo, o Estado tinha os meios e as soluções para esta revalorização e redescoberta do Brasil e de suas regiões no ideário Estado-novista. Tinha-se também uma certa alteração nas relações dialéticas entre passado, presente e futuro. Uma linha de continuidade na história do povo, os vínculos com um passado de tradições, permaneceriam inalterados (Gomes, 1995, p. 145-152).

Uma característica comum dos discursos aqui analisados é a negação da Primeira República e sua

⁶ O argumento em relação às ‘elites anteriores’ faz referência à negação do passado pré-1930. A incongruência nesta fala é que, em muitos casos, não houve alteração nas elites locais. Assim, estes escritos tendem a chamar de ‘elites’ os regimes políticos anteriores. Acreditamos que ocorreu a apropriação de uma retórica proferida nos discursos (negação dos políticos anteriores) em nível local, pois nenhum membro destas ‘elites’ é citado.



consequente superação pelas medidas do governo Vargas, por meio da dicotomia entre 'República Velha'/Estado Novo. Intelectuais do governo e o próprio presidente pregavam a superação das primeiras décadas republicanas, chamadas genericamente de 'passado liberal'. Desta forma, há, no periódico, o aspecto refundador do Estado Novo, que, a partir de um marco zero (Revolução de 1930) e da plenitude desse processo (1937), estaria retomando a vocação histórica do Brasil e a continuação da construção da nacionalidade, interrompida especialmente pela Primeira República, como um momento de verdadeira decomposição do país (Gomes, 2005).

Os artigos visavam à valorização dos elementos regionais: o caboclo e o nordestino, que, de indolentes, passaram a ser vistos como responsáveis pela sobrevivência da Amazônia. Os homens esquecidos pelos governantes anteriores teriam sua redenção sob a égide do governo Vargas. Outro ponto comum dos textos foi a crítica à literatura ficcional da época, a qual teria ressaltado a natureza e ignorado o homem. Dessa forma, a história da Amazônia não seria mais a da natureza e dos rios bravios, mas sim a da superação de doenças, principalmente a malária. O caboclo e o nordestino não seriam mais os culpados pelo empobrecimento local, mas sim as elites ausentes, que durante vários séculos não teriam dado a devida atenção à região. A solução para a Amazônia seria a ocupação racional associada ao saneamento. O binômio saneamento-colonização passou a ser um aspecto fundamental para estes intelectuais. Esta ocupação, capitaneada pelo governo, iria proporcionar a redenção amazônica, soterrando de vez a vitória dos "rios bravios sobre a ocupação humana" (Lima, 1941, p. 110).

FRANCISCO GALVÃO – “O SENTIDO SOCIAL DA AMAZÔNIA” E “O HOMEM E O DESERTO AMAZÔNICO”

Francisco Galvão, ex-deputado estadual do Amazonas, jornalista, escritor e romancista, publicou no primeiro número do periódico um artigo relacionando os problemas

locais e a redenção amazônica que o governo Vargas iria proporcionar, além da valorização do elemento regional, agora um herói por ter anexado o Acre ao território brasileiro no início do século:

Muito tempo perdemos com o messianismo fagieiro do espanto humboldtiano, quando nos admirávamos com a visão apocalíptica das águas barrentas de envolta com a maravilha da paisagem fascinante da Canaan que ainda espera seu povo (...) mostramos aos homens o grave erro em que incorrirmos, tecendo louvainhas à paisagem dramática que assombrava nossos sentidos, sem ver a tragédia tristíssima do homem. (Nossa obra) ‘Terra de Ninguém’ trouxe ao país a afirmação desnorteadora de que, nos centros pálidicos dos seringais amazônicos, o trabalhador nacional perdido na selva era ainda escravizado, lutando bravamente contra a inclemência dos elementos sem resultados compensadores, de vez que a indústria nativa abandonada, desprotegida, o arrastava insensivelmente para a miséria. A ‘Jungle’ o encarcerava entre as mais temíveis surpresas, ao redor de todos os perigos, arriscando a existência numa indústria que lhe exigia mais que a própria vida – a renúncia de si mesmo. E ele, estóico, branco, obscuro, realizaria o milagre da anexação do Acre ao território brasileiro, com as balas de sua winchester (Galvão, 1941, p. 159).

Para Francisco Galvão, as lembranças não serviriam apenas para apontar as mazelas locais, mas também para subsidiar a recuperação da Amazônia, que “ressurgiria de si mesma”, pois o governo, àquela época, já teria noção do coeficiente de suas necessidades. Galvão afirmou que não havia a necessidade de braços estrangeiros, mostrando-se afinado com o discurso varguista, que controlava a imigração de forma severa. O próprio caboclo seria capaz de povoar o “grande deserto”, explorando “brasileiramente” o local (Galvão, 1941, p. 154). Bastaria sanear os rios, drenar os paranás e educar o lavrador daquela localidade para que o milagre pudesse ser operado, pois os rios amazônicos continham em suas margens histórias “estrangulantes” de grandes heroísmos. Para que tais transformações ocorressem, seria necessário prestar cuidados ao elemento local:



O homem que é ali "o intruso impertinente" precisa que se olhe por ele, tanto o mongo malaio tardo nos movimentos, enxuto no trato, filho da terra, como o sertanejo adversamente antagônico, musculoso e ágil que morre muitas vezes nos barrancos, nas ribanceiras, comido de verminoses, escondendo no peito o último desejo, a derradeira aspiração que deixou de realizar: o regresso ao nordeste onde a chuva apendoa os milhares, favorecendo o plantio. Somos contra a falsa literatura que se fez durante largo tempo, onde se amesquinha ridiculamente o caboclo, como se não fosse ele o desbravador das florestas, capaz de trabalho e de energia. (...) Enganados, muito mal enganados andavam eles, que não quiseram ver a luta anônima, nesse círculo estreito da terra indomável, do elemento humano – nordestino ou nativo (Galvão, 1941, p. 153).

No mesmo ano, Galvão publicaria outro estudo para entender o porquê do despovoamento da região, já que na primeira metade do século XX o sul aumentou o coeficiente populacional de 48 para 56%, enquanto a região amazônica aumentou de 3,3 para 4,4% (Galvão, 1941). Tal desnatalidade foi atribuída a dois fatores: a negligência sexual dos índios e o pouco apego autóctone à terra natal, já que grande parte dos índios e caboclos emigrava para os maiores centros, abandonando suas terras. Uma discussão importante no artigo é sobre a "indolência cabocla", relembrando um tema caro aos intelectuais do primeiro triênio do século XX⁷. Para o autor, a redenção do homem do interior se daria no país inteiro, ampliando a alcunha de 'sertanejo' ao habitante da Amazônia:

A decantada ociosidade do caboclo, perfeitamente analisada de perto pela inteligência clara do Presidente Getúlio Vargas, revela-se puramente mórbida, por ser ele um espoliado dos parasitas que infestam as populações rurais. Verifica-se a redução do seu equilíbrio hemático, em admirável acordo com o empobrecimento natural do sangue corroído pela malária. Daí precisamente o seu retardamento, aquela sua lassidão, o atrofamento lento e perceptível do seu potencial econômico, ajudado pela insuficiência alimentar. (...) Alimenta-se ele pouco porque não tem o que comer além do chibé, produto escasso de

vitaminas, ou do pacu arpoado ligeiramente no lago fronteiro à barraca de palha em que vive (Galvão, 1941, p. 45).

Relembrando Monteiro Lobato, o caboclo não era assim, estava assim. A questão sanitária é um aspecto importante na análise de Galvão, pois a malária, em conjunto com a má alimentação, resultaria no estado em que o homem da Amazônia se encontrava. Mas mesmo combalido, o índio e o nordestino venceriam a natureza. Bastaria o Estado Novo ajudá-los para que conseguissem cumprir seu destino redentor. Galvão aponta outras razões para a indolência cabocla:

A existência fácil na selva, onde se revela um operário útil e trabalhador, paradoxalmente, desassocia-o e isola-o. Não se anima a produzir mais que a sua subsistência. Nada aspira e deseja senão o que a terra, a água e as árvores lhe fornecem com invejável prodigalidade. Essa é a sua doce filosofia nativa, perfeitamente ao revés da que vence o mundo moderno onde o egoísmo ergueu as suas altíssimas ameias. Do exame insignificante feito aqui sobre a tenacidade do homem que povoava a planície (...), surgiu o milagre verde da Amazônia a desmentir o receio euclidiano de que o elemento humano seria fatalmente esmagado pela natureza. Ele venceu a terra corajosamente, tanto o índio prestes a se civilizar, o caboclo astucioso, tardo de movimentos, como o nordestino afoito e perseverante. Demonstramos neste estudo a vitória absoluta do homem na hiléia (Galvão, 1941, p. 46).

Desta forma, o caboclo e o nordestino estariam incorporados ao repertório ideológico do governo Vargas. De intruso, o amazônida seria um sobrevivente. De preguiçoso e indolente, o caboclo seria um homem alheio ao mundo moderno que o cerca. O nordestino, por sua vez, seria a 'raça forte' na constituição da Amazônia. O embate entre homem e natureza teria um novo vencedor, que em conjunto com a ação governamental levaria a região ao seu destino glorioso. Mas como este homem conseguiria sobreviver em meio às péssimas condições sanitárias? Azevedo Lima buscou responder esta questão.

⁷ Para uma discussão acerca da 'indolência' do elemento rural brasileiro no primeiro triênio do século XX, ver Lima e Hochman (2004).



AZEVEDO LIMA – “O SANEAMENTO DO AMAZONAS”

Chefe do distrito médico pedagógico na Secretaria Geral de Educação e Cultura, Azevedo Lima publicou um artigo que buscava esclarecer questões sobre o saneamento do Amazonas, porém se referiu constantemente à Amazônia. Imagens humboldtianas recorrentes desde o discurso de Vargas, de que a Amazônia poderia ser o celeiro do mundo, são constantes neste texto. A lógica dos escritos aqui analisados é peculiar, pois, ao mesmo tempo em que renegam a alcunha de ‘inferno verde’ e as agruras climáticas, reforçam a inviabilidade da colonização, porém, com novos culpados, em especial, as élites políticas anteriores.

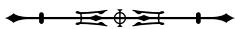
A ideia compartilhada pelas viagens de Vargas e formulada pelos intelectuais era que a Amazônia continuava sendo uma terra virgem, nas palavras de Euclides da Cunha, “a mais nova do mundo”, e que sendo uma região incipiente se tornou “um dos campos mais ricos de possibilidades para o futuro brasileiro” (Lima, 1941, p. 101). Azevedo Lima concentrou-se na questão sanitária e buscou apontar os culpados e as providências que deveriam ser tomadas para a região cumprir seu destino. A crítica à literatura ficcional também seria necessária: “Multiplicou-se em literatura de gênero meio afetado, meio bucólico, que cheira a poemas campestres de algum teócrito passadista para desagravar o celeiro do mundo” (Lima, 1941, p. 102).

Contudo, o autor reconhecia que, mesmo entre os apologistas, a “verdade involuntária” despontava, citando inclusive Euclides da Cunha, que, ao cobrar mais atenção das instituições governamentais à região, acabou recaindo no erro de culpar o clima e a natureza. A superação das imagens euclidianas era necessária, pois o saneamento da região seria a principal missão do Estado Novo. Azevedo Lima exemplifica com o saneamento promovido na Baixada Fluminense, onde vegetava uma “população de opilados”. O principal receio dos sanitaristas em relação à Amazônia não seria quanto ao clima, mas à “hostilidade do habitat”, que deveria ser corrigido. Com o intento de fazer um estudo objetivo da realidade, o autor traçou um quadro

das doenças que afligiam a região, assim como o histórico da chegada delas. Um dos recursos discursivos de Lima era apontar as doenças como estrangeiras à região, o que, de certa forma, amenizaria a responsabilidade do ambiente sobre a propagação das enfermidades:

A febre amarela denunciou-se, pela primeira vez, no Amazonas em 1856, quase sete anos depois da data em que explodiu na capital essa terrível epidemia. (...) a cólera desembarcou, no Amazonas, de bordo do vapor Marajó, em 1855, e fez-lhe nova visita em 1856, procedente do Pará, no bojo do Tapajós. O impaludismo (...) se instalou no Brasil, pela primeira vez, em 1829, na cidade de Macacú, província do Rio de Janeiro, não é por certo originário dos trópicos, nem o conhecia o Amazonas antes que acometesse as ilhas da Guanabara e alcançasse terra firme (...). As leishmanioses amazonenses, ou os vários aspectos clínicos da mesma enfermidade parasitária, reconhecem como agente patogênico um protozoário de procedência oriental. O beribéri nem é doença tropical, nem é mal infeccioso. Pela perpetuação dele, não responde, também, o clima do extremo norte. Assiste, portanto, aos amazonenses razão para que se rebelam contra os que irrogam ao seu estado natal a pecha de insalubre (Lima, 1941, p. 103).

Como uma região que não tinha um clima que contribuía para a difusão destas doenças poderia se encontrar em estado tão alarmante? Por que a ‘terra virgem’ continuava a ser um ‘sorvedouro de vidas’? Estas eram as questões de Azevedo Lima. A resposta continha duas linhas-mestras, que, segundo o autor, se interligavam: o saneamento da região para sua colonização. Porém, outra pergunta era pertinente: como sanear uma região despovoada? A questão estaria sendo respondida pelo próprio presidente: as duas caminhariam juntas para educar o homem da selva a cultivar racionalmente. Para Azevedo Lima, após os discursos na Amazônia, o presidente estaria efetivando a emancipação econômica da região com a proteção sanitária ao caboclo e com o amparo oficial que estava começando a ser realizado pela comissão de sanitaristas, a qual faria uma detalhada pesquisa técnica a fim de compreender os fatores que enfraqueciam os



trabalhadores. Com planos ambiciosos para as localidades amazônicas, conclui Azevedo Lima:

Durante meio século de administração republicana, a grandeza cósmica do Amazonas nunca figurou nos cálculos dos alquimistas liberais. Sabia-se, vagamente, da existência desse país de lendas fantásticas e depravações republicanas (...) vivia à margem da civilização, sugado o povo pelas ventosas dos hematófagos, rói em suas energias pelos hematozoários de Laveran, esporiado pela praga social dos regatões e atravessadores (...). Concluída essa obra benemérita de patriotismo, não seria exagero adiantar que a nossa civilização se deslocará para o extremo setentrional do Brasil. O Norte marcará, então, o ritmo do nosso progresso. Oferecerá hospitalidade a cerca de 150.000.000 de homens (Lima, 1941, p. 110).

Em outubro do ano seguinte, o discurso de Vargas em Manaus completou um ano, mobilizando toda a propaganda oficial do Estado Novo, incluindo a "Cultura Política", como veremos a seguir.

COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO "DISCURSO DO RIO AMAZONAS"

Em outubro de 1941, parte do periódico foi dedicada às comemorações do primeiro aniversário do "Discurso...". Lourival Fontes, diretor geral do DIP, abriu as festividades com um artigo introdutório ao discurso que teria ampliado o pensamento euclideano e teria convertido o Amazonas em um capítulo da história da civilização, além de dar início a um novo ciclo na história do Brasil (Fontes, 1941). A celebração ocorreu simultaneamente no Palácio Tiradentes, a cargo de Fontes, e também na região amazônica, sob responsabilidade de Leopoldo Peres, político local. Em seu artigo introdutório, Fontes apontou outra solução para a incorporação da Amazônia ao território brasileiro: o incentivo à racionalização da cultura e a entrada dos trabalhadores no pacto social brasileiro, recebendo as benesses da legislação

social da época (Fontes, 1941). Desta forma, essas pessoas entrariam na lógica dos "incentivos seletivos", onde só teria acesso aos benefícios quem estivesse trabalhando e fosse sindicalizado (Gomes, 2005, p. 181). Para Lourival Fontes, o mais importante a se comemorar era a aprovação do plano geral de saneamento da região, que, depois dos estudos sondados pelo Departamento Nacional de Saúde, teria suas verbas já figuradas pelo presidente⁸.

Em artigo na mesma edição, o colaborador Raimundo Pinheiro entrevistou diversos jornalistas, professores e escritores. Após citar o trecho do conto "Terra Imatura", no qual a personagem Arianda afirmava que o extremo norte nunca teria existido para os estadistas do sul do Brasil, Pinheiro escreveu que "o presidente Vargas desmentiu Arianda (...) com o histórico e notável 'Discursos do Rio Amazonas', (...) e mostrou que o extremo norte passou a existir para os estadistas dos sul" (Pinheiro, 1941, p. 161). O poeta e político local Raul de Azevedo também escreveu artigo para a celebração, acentuando o "despertar da consciência amazônica" após o 'discurso' (Azevedo, 1941, p. 158). Assim, o caboclo já não estaria mais desiludido, pessimista e desanimado devido a sua situação de abandono. E se ainda não estava integrado economicamente ao resto do país, pelo menos estaria integrado moralmente à nação (Azevedo, 1941). Azevedo chamou a atenção para uma promessa de Vargas: a "Conferência das Nações Amazônicas", que traria como consequência a fundação da "Nação Amazônica", integrada por meio de interesses culturais, econômicos e financeiros dos países que compunham a floresta (Azevedo, 1941).

Tal conferência não ocorreria em virtude dos acontecimentos que se seguiram, em especial, as negociações para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que ocorreria em março de 1942. O ano marcou também a mudança na linha editorial da revista, dando preferência a temas militares inspirados pela conjuntura e, em consequência,

⁸ Tal plano nunca sairia do papel. Desde 1940, Evandro Chagas, em conjunto com outros médicos, estava realizando um levantamento sobre as condições de saúde da Amazônia, para, em seguida, formular um plano de ação. Após a morte do médico no mesmo ano e, em especial, após os Acordos de Washington, em 1942, o saneamento da Amazônia foi entregue ao Serviço Especial de Saúde Pública, órgão fruto do acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos da América.



reduzindo drasticamente o espaço da revista destinado às temáticas e aos estudos regionais (Gomes, 1995).

CONCLUSÃO: E A CONQUISTA DA “TERRA BRAVIA” AINDA CONTINUA...

O discurso acabou. A estrada venceu a selva e levou o Brasil aonde nada existia.

A Amazônia é nossa! Era mato há dois anos. Selva de pântanos. Hoje o risco da estrada rompe a floresta amazônica. Levando a civilização aonde existia silêncio e vazio. Surgiu, afinal, a conquista exata do grande vale. Com um atraso de 400 anos!

(A estrada..., 1970, p. 12)

O texto acima é de uma reportagem da revista “O Cruzeiro”, datada de 1970, sobre a construção da rodovia Transamazônica, uma das chamadas ‘obras faraônicas’ do governo militar. No século XX, discursos presidenciais e projetos para a região se apropriaram de forma significativa destas ideias, em conjunto com o conceito de ‘fronteira’ adaptado de Cassiano Ricardo, além do mais utilizado (principalmente pelos regimes militares), o de ‘vazio demográfico’. Não há espaço no trabalho para discutirmos por que tal representação negativa da natureza e da própria região permaneceu com tal ímpeto. Acreditamos que nossa contribuição a esse debate se dá na busca das origens, das influências e das concepções científicas que pautaram estas ideias. Compreender a apropriação deste discurso em contextos histórico-políticos específicos e demarcados traz subsídios ao estudo de representações e imagens da natureza, do clima, do desenvolvimento e do pensamento social de cada época.

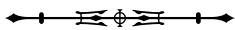
A permanência deste imaginário social sobre a Amazônia mostra a força das ideias de escritores do início do século XX, que, em suas obras, apontaram saídas para os problemas locais. No recorte temporal trabalhado, intelectuais ligados ao projeto estadonovista produziram textos e discursos que colocavam Getúlio Vargas como o ‘novo descobridor’ da região. Desta forma, a produção intelectual dos autores da Primeira República foi apropriada com o intuito de elaboração de um ideário oficial sobre

a Amazônia, que teria sido abandonada pelos regimes políticos anteriores e encontraria sua redenção no Estado Novo. O regime ditatorial varguista poderia, assim, recolocar a região em seu destino histórico prefigurado por Humboldt e tantos outros viajantes que estiveram ali no curso dos séculos XVIII e XIX. O que procuramos demonstrar ao longo do trabalho é que os escritores estadonovistas, ao destituírem o clima e a indolência dos habitantes como os principais inimigos do soerguimento local, apontaram a solução para os problemas: uma maior atenção das autoridades públicas.

Tal discurso foi trabalhado em um contexto no qual o nacionalismo e a conquista dos territórios ditos ‘esquecidos’ pelo poder central se apresentaram como propostas do governo ditatorial. Estas representações significam, em última instância, novos olhares sobre o percurso histórico da região, onde as razões para seu decantado ‘fracasso’ teriam respostas variadas. Além dos discursos, escritos e peças propagandísticas, tais representações influenciaram a própria formulação de políticas públicas para a Amazônia no curso do século XX, cujo impacto no cotidiano dos autóctones amazônidas, das florestas e do meio ambiente ainda será contemplado por historiadores e pesquisadores futuramente, em trabalhos que busquem esta relação entre políticas públicas e pensamento social.

REFERÊNCIAS

- A ESTRADA conquista a selva! **O Cruzeiro**, n. 46, p. 12, 10 nov. 1970.
- ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico**: el medio, la cultura e la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- ARNOLD, David. Introduction: Tropical Medicine before Manson. In: ARNOLD, David (Ed.), **Warm climates and Western Medicine**: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900. Amsterdam: Editions Rodopi, 2000. p. 1-9.
- AZEVEDO, Raul. A Amazônia. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 5, p. 155-160, 1941.
- BRASIL. **A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1940.



- CABREIRA, Márcia Maria. **Vargas e o rearranjo espacial do Brasil**: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 109-143.
- CARVALHO, João Carlos de. **A Amazônia revisitada: de Carvalho a Márcio Souza**. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2001.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. **O Pensamento Social no Brasil**. Campinas: Edicamp, 2003. p. 247-248.
- CRONON, William. **Uncommon Ground**: Rethinking the human place in nature. New York and London: W.W. Norton & Company, 1996.
- CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).
- FONTES, Lourival. Aniversário do discurso do Rio Amazonas. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 9, p. 149-150, 1941.
- GALVÃO, Francisco. O sentido social da Amazônia. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 1, p. 149-158, 1941.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1982.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2004.
- HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hiléia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção Literatura Paraense, Série "Inglês de Sousa").
- LIMA, Azevedo. O Saneamento do Amazonas. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 3, p. 98-111, 1941.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 493-532.
- OLIVEIRA, Franklin. **Euclides: a espada e a letra**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6 (Suplemento), p. 793-811, set. 2000.
- PINHEIRO, Raimundo. À margem do Discurso do Rio Amazonas. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 9, p. 161, nov. 1941.
- RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Manaus: Editora Valer, 2008.
- RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 1, p. 110-132, 1941.
- SANTANA, José Carlos de Barreto. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6 (Suplemento), p. 901-917, set. 2000.
- SANTOS, Fernando Sérgio Dumas. **Os caboclos das águas pretas: saúde, ambiente e trabalho no século XX**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos 'espaços vazios' no governo Vargas: do 'discurso do Rio Amazonas' à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 40, p. 115-135, jul.-dez. 2007.
- TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- VARGAS, Getúlio. O Discurso do Rio Amazonas. **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 8, p. 228-229, 1941.
- VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Eds.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-180.
- WILLIAMS, Raymond. **Problems in materialism and culture: selected essays**. London and New York: Verso, 2000.

Recebido: 01/03/2010
Aprovado: 30/07/2010

